

ATA Nº07

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 28 de abril de dois mil e vinte e dois.** -----

----- Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas e quarenta e nove minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel Domingues Santos, secretariado por Maria Helena Marques dos Santos e Tony Richard de Oliveira Almeida, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **A – Apreciação e votação das atas das sessões de 25/02/2022 e 14/03/2022;** -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

----- **C – Justificação de faltas;** -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACeS BAIXO VOUGA;** -----

----- **PONTO TRÊS: ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO 2021;** -----

----- **PONTO QUATRO: PLANO DE PORMENOR DO PARQUE EMPRESARIAL DE SOZA (PPPE) – PARCELA A – 3ª ALTERAÇÃO – PROPOSTA;** -----

----- **PONTO CINCO: PRESTAÇÃO DE CONTAS.** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Xavier Prior Neto, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Víctor Fernando Santos Neto, Liliana Barreira, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, Hermes Fernandes, em substituição de Sérgio Manuel Jesus Martins, e Sérgio Domingos, em substituição de Andreia Pereira Santos Marques, eleitos na lista do PSD. -----

----- Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Diana Ferreira Julião, Rogério Paulo Soares e Rodrigo dos Santos Capeloa, eleitos na lista do CDS. -----

----- Carla Gouveia, em substituição de Óscar Manuel de Oliveira Gaspar, e Miguel Tarenta, em substituição de Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos,

Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à sessão os senhores Deputados Óscar Gaspar, Andreia Marques, Bruno Julião e Sérgio Martins. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e o(a)s senhora(s) Vereadore(a)s Sara Raquel Rodrigues Caladé, Dulcília Sereno, Maria do Céu Marques e Pedro Miguel Carvalhais Bento. -----

----- **A – Apreciação e votação das atas das sessões de 25 de fevereiro e 14 de março de 2022.**

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação as atas, tendo as mesmas sido aprovadas, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes nas respetivas sessões. -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- Presidente da Assembleia Municipal - O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dar uma justificação sobre o agendamento da presente sessão. Disse que, habitualmente, e sempre que é possível, as sessões realizam-se à sexta-feira. Quando não é possível agenda-se para outros dias, como já aconteceu várias vezes, e foi o caso desta, que inicialmente estava prevista para dia vinte e nove de abril, amanhã. Contudo, face à realização do Mega Sprint, um evento desportivo de cariz nacional do Desporto Escolar, para o qual foi convidado a estar presente na cerimónia de abertura, cujo horário coincide com o da realização da sessão da Assembleia Municipal, e onde vão estar presentes membros do Governo, entendeu que seria importante o poder político estar representado e, por isso, esta sessão não poderia ser agendada para o dia vinte e nove de abril. Disse que teve o cuidado de comunicar esta decisão antes da convocatória, precisamente para prevenir a participação, a todos os líderes dos grupos municipais. Entretanto, justificou a alteração do horário, que passou das dezoito horas para as dezoito horas e trinta minutos, meia hora mais tarde, e que fez uma auscultação prévia dos líderes dos grupos municipais e todos concordaram com esta alteração de horário, pelo que a partir daqui as sessões serão sempre agendadas para as dezoito horas e trinta minutos. De seguida, deu conhecimento da correspondência recebida, no período compreendido entre os dias vinte e oito de fevereiro e vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, que está disponível para consulta, caso os senhores deputados assim o entendam. Deu nota de que a Associação de Municípios do Carveiro enviou o documento de Prestação de Contas 2021; os representantes da Assembleia Municipal de Vagos na CIRA enviaram um relatório com os assuntos discutidos na última Assembleia da CIRA, realizada no dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e dois. Como nota final, fez referência às Comemorações do 48º Aniversário do 25 de Abril, que decorreu na última segunda feira. Disse que, no seu entender foi uma cerimónia muito digna, muito honrosa para o Concelho e dignificou-se muito bem quer a data quer o Concelho de Vagos, facto que se deve, acima de tudo, aos intervenientes, às pessoas que

proporcionaram aqui momentos culturais extraordinários, enriquecendo a cerimónia, desde logo a Filarmónica da Banda Vaguense, o Coral Polifónico Stª Cecília de Calvão e o Artur Rosa. Inicialmente o alinhamento previsto não era o que veio a ocorrer. Referiu também que reuniu com os serviços da Autarquia e com as entidades e estava tudo organizado para as cerimónias se realizarem no Largo do Município, mas numa outra reunião seguinte, verificou-se que as condições climáticas previstas para esse dia eram de chuva e naquele momento teve de se tomar uma decisão, optando-se por alterar o local da realização da cerimónia. Os Bombeiros Voluntários inicialmente eram para estar presentes em parada, mas depois desta alteração ao programa, não foi possível. No final deixou um agradecimento aos serviços de apoio à Assembleia Municipal e aos serviços da Câmara Municipal que foram extraordinários na colaboração prestada na celebração do 25 de Abril. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos membros que não estão presentes na sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Do público pediu para intervir o senhor Paulo Jorge Grave. -----

----- Paulo Jorge Grave - o Senhor Paulo Jorge Grave indicou dois assuntos: os semáforos do centro da Vila e animais errantes. Em relação aos semáforos, disse que não é propriamente uma questão, é mais um alerta. Disse que na passada segunda feira, depois de ter saído do Auditório do CER, dirigiu-se ao centro da Vila, juntamente com a família, e nos semáforos, mesmo ao lado Tribunal, estava verde para os peões passarem. Entretanto, quando puseram os pés na passadeira vieram carros tanto do lado de Soza como do lado norte virado para Soza e os do sul virados a norte. Disse também que teve conhecimento de que já tinha havido um acidente nessa manhã e que ligou para a GNR, tendo esta informado que já estava ao corrente do sucedido, ou seja, da avaria nos semáforos. Continuando, disse que o problema no meio disto tudo é que há uma empresa que ficou responsável pela manutenção dos semáforos, e se uma situação destas acontece a um fim de semana ou feriado, como era o caso, é muito chato, porque chegou um funcionário da Câmara para abrir, mas não tinha chave. A Câmara terá de ter em conta esta situação, porque a qualquer momento os semáforos podem avariar, tanto estes como os do resto do Concelho, e a proteção civil, no mínimo, terá de ter acesso aos quadros. -----

Quanto aos animais errantes, disse que ainda na segunda feira, perto das vinte e três horas, no Bairro da Corredoura, onde habita, contou dezanove cães vadios, não de grande porte, que se alimentam dos restos que as pessoas deixam. Neste contexto, perguntou em que ponto se encontra a situação do Canil Intermunicipal, e enquanto o Canil não existir como é que a Câmara pretende resolver estas situações. É urgente tratar deste assunto, até por questões da saúde pública, disse. -

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e começou por felicitar a Assembleia Municipal pela forma como decorreu a Cerimónia do 25 de Abril, e agradecer aos funcionários da Câmara pelo trabalho e colaboração prestados. -----

Relativamente às questões levantadas pelo munícipe Paulo Grave, e no que respeita ao semáforo do centro da Vila, disse que quando o senhor Paulo chegou ao local já a situação estava reportada há muito. O acidente ocorreu cedo, na hora em que estavam a chegar para o hastear das bandeiras e quando todos iam a caminho do Auditório do CER já o reporte estava a ser feito ao IP, Infraestruturas de Portugal, que é a entidade a quem compete gerir a semaforização da EN109. Continuando, disse que desde há muitos anos que a Câmara Municipal não tem acesso às chaves, porque a EN109 ainda está sob a gestão do IP, e que esta Assembleia Municipal decidiu há mais de três anos que essa transferência fosse feita para o Município, mas, infelizmente, até hoje não foi feita. Disse também que há umas semanas atrás a Câmara Municipal teve uma reunião com o IP, para falar sobre a manutenção da EN109, e que interrompeu a reunião cinco minutos depois de ela ter começado, porque estava à espera que fosse falar da transferência de competências. Como não era sobre isso que se estava a falar, entendeu que não fazia sentido iniciar qualquer conversa com aquela entidade que não tivesse como primeiro assunto a transferência de competências. Voltando à questão de semáforo, disse que ao início da tarde o mesmo já estava a ser reparado. ----- Quanto aos cães abandonados no Bairro da Corredoura, disse que é um problema. O Canil Intermunicipal foi assunto da Assembleia Intermunicipal da CIRA, e, infelizmente o Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais tem tido vários retrocessos, uma vez que o concurso já avançou por diversas vezes, mas tem ficado deserto. Disse que a Câmara Municipal tem feito o seu trabalho, e designadamente no primeiro trimestre deste ano tratou da adoção de cinquenta e tal cães, mas que o ritmo da adoção e o desenvolvimento de todo o processo, infelizmente, não se coaduna com o ritmo de abandono dos animais, que continua a ser um flagelo. Por fim, disse que o facto de as pessoas darem comida aos animais abandonados dificulta que os mesmos sejam apanhados pelas armadilhas colocadas pela Câmara Municipal. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- Madalena Pinto – A senhora Deputada Madalena Pinto usou da palavra e como membro da Comissão Alargada da CPCJ, em representação da Assembleia Municipal, agradeceu o apoio da Câmara Municipal e falou na campanha do “Laço Azul”, promovida pela CPCJ, que decorreu durante o mês de abril. Esta campanha, disse, é assinalada mundialmente e tem como objetivo promover a proteção das crianças e jovens dos vários concelhos do país contra os maus tratos. Esta é uma problemática de interesse público e, por isso, é importante que todos estejam atentos ao que se passa, porque as crianças precisam de ser protegidas. -----

----- Carla Gouveia – A senhora Deputada Carla Gouveia usou da palavra e começou por se referir ao polidesportivo que foi retirado junto ao Anfiteatro da Quinta do Ega, perguntando qual o destino dado àquela infraestrutura. A senhora Deputada julga que aquele equipamento terá sido financiado pelo IPDJ e, por isso, supõe que ao deixar de existir ele pode fazer falta. -----

A segunda questão refere-se ao Parque de Autocaravanas da Vagueira, que quando foi lá instalado fez com que surgissem alguns “burburinhos”. A época balnear está prestes a começar, que é quando há maior afluência a esse local, e a senhora Deputada pergunta se esses “burburinhos” não vão acontecer novamente, se já está tudo a funcionar como deve ser. -----

A terceira questão refere-se aos parquímetros do centro da Vila, e lembrou que foi aqui discutido e votado a instalação dos mesmos, quanto é que iriam custar, e pergunta se estão a funcionar e qual o valor que se arrecadou desde a sua instalação até aos dias de hoje. -----

Por fim, referiu-se à questão dos animais abandonados e informou que a questão do Canil Intermunicipal já havia sido abordada na Assembleia de Freguesia de Vagos e Santo António. A Câmara Municipal há tempos levou avante uma campanha de esterilização de animais de companhia, por um preço mais em conta. A senhora Deputada questiona se essa iniciativa é para voltar e quantas vezes ao ano, porque antes de os apanhar e colocar num sítio é importante que eles não nasçam, e nesta altura nascem muitos. A senhora Deputada é de opinião que o senhor Presidente não pode afirmar que é condenável as pessoas alimentarem os animais abandonados, porque na falta de um serviço que funcione e seja minimamente eficiente são as pessoas, por si, pelo seu coração, que resgatam os animais e os alimentam, e que tiram do seu próprio bolso, para responder a um flagelo que há por todo o lado. -----

----- Hugo Santos – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e, no seguimento da última sessão, onde foram aprovados os contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, ficou mais ou menos claro que seria feito um novo formulário. Em termos gerais, a maior parte das Freguesias já terá feito as suas reuniões, quer em sede de Executivo quer em sede de Assembleia de Freguesia, e naturalmente já terão feito a execução da despesa. Ainda não tendo o formulário também ainda não se pode enviar a documentação que comprova a despesa que foi feita. Já se está em maio, a iniciar o quinto mês, e o que o senhor Deputado quer saber é quando é que a Câmara Municipal vai enviar essa parte mais descritiva para poderem preparar o processo e remete-lo à Autarquia. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por colocar uma questão, sobre algumas dúvidas daquilo que vai ouvindo na comunicação social local, sobre a receção aos refugiados ucranianos. Houve uma primeira nota, que lhe foi transmitida, de uma afirmação do senhor Presidente da Câmara de que as pessoas que chegaram não seriam propriamente aquelas que teriam sido alistadas pelo Alto Comissariado para as Migrações. Já mais tarde, em relação a esta situação, ouviu que há pessoas eventualmente desse grupo que têm ido a empresas a entrevistas e que não são aceites por não serem Ucranianos e nem sequer Europeus e por isso não podem estar inscritos na Segurança Social e daí não serem contratados. Na sequência da última sessão da Assembleia, sobre o Museu do Brincar, teve conhecimento que em Aveiro existe uma infraestrutura museológica, “A Casinha das Bonecas”, que na altura era apresentada, nas redes sociais e na Comunicação Social como sendo uma filial do Museu do Brincar. Atualmente, nas redes sociais esse espaço já aparece apenas como “um espaço inspirado no Museu do Brincar”. O senhor Deputado questiona se aquele espaço está incluído no negócio, ou pelo menos os artigos que estão naquele espaço. Para terminar, na última sessão o senhor Presidente afirmou que não havia nenhum problema eletrónico com o Parque de Autocaravanas da Praia da Vagueira. No entanto, o senhor Deputado passou lá há duas horas e verificou, e até fotografou, que a lotação do espaço foi

aumentada para vinte e cinco, porque é isso que indica o letreiro eletrónico do espaço neste momento. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por fazer referência a uma questão já abordada pelo senhor Deputado Sidónio Sansana, os refugiados. Neste sentido, questionou se os refugiados têm cor, ou seja, se os refugiados de guerra são única e exclusivamente ucranianos ou são outros refugiados de outras nacionalidades. A segunda questão prende-se com a estrada Rines-Sanchequias, a empreitada teoricamente já devia ter terminado há muito tempo. Ao longo dessa estrada pode verificar-se os jardins maltratados, porque não podem ser arrançados, por fazerem parte da empreitada. Neste sentido, pergunta o ponto de situação daquela empreitada. Por último, solicitou um ponto de situação da ligação da A17 à Zona industrial de Vagos. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra para se associar às felicitações ao senhor Presidente da Assembleia Municipal pela forma como organizou a sessão de Comemoração 48º Aniversário do 25 de Abril, assim como a todos os grupos municipais que estiveram ao mais alto nível e dignificaram muito a sessão. Por outro lado, felicitou a Câmara Municipal por mais uma vez ter apostado no Rali da Bairrada, que durante os dois dias em que decorreu foi uma iniciativa que mais uma vez teve o sucesso que se esperava, apesar desta vez as modalidades serem novas, implementadas pela primeira vez no Concelho de Vagos, e mesmo assim conseguiu-se sessenta e dois participantes e um grande número de público a assistir. Esta é uma atividade a continuar, pois traz benefícios não só ao comércio como ao Município, porque leva o nome de Vagos além-fronteiras. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente usou da palavra para responder às questões levantadas pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em relação à CPCJ, disse que é um assunto sensível e que tem de ser bem trabalhado, em conjunto com as escolas de modo a tentar captar pequenos sinais e ir ao encontro e tomar-se a iniciativa de resolver os problemas que algumas crianças e jovens sofrem de violência doméstica e que se deparam com diversos problemas. Os casos vão tendo contornos diferentes, segundo os números apresentados, e todos têm de ter a noção de que, infelizmente, nem todos têm oportunidade de ter um lar com um ambiente calmo, tranquilo e uma família com estabilidade. A CPCJ não tem nunca que agradecer à Câmara Municipal, porque esta só faz a sua obrigação. Todos têm a obrigação de estar junto dos mais carentes e necessitados e daquelas crianças com problemas e que sofrem em casa. Elas, claramente, precisam da ajuda de todos. -----

No que respeita ao polidesportivo que foi retirado, a ideia é montá-lo noutra local que está a ser estudado. Uma infraestruturas daquelas que está ali, seguramente há mais de dez anos, com a calcificação que tem e com todos os problemas, pode não estar em condições de ser montado. O trabalho foi feito de modo a que este possa vir a ser montado novamente noutra espaço, mas não se tem a certeza dessa possibilidade e, por isso, o assunto está a ser estudado. -----

Quanto à questão do Parque de Autocaravanas, disse que a questão que o senhor Deputado Sidónio Sansana colocou na outra sessão prendia-se com uma questão elétrica e não eletrónica, que são

coisas bem diferentes. Disse que não havia nenhum problema elétrico, mas sim um problema com a questão dos pagamentos, que está a ser resolvida, e que, coincidentemente, a Câmara tinha reunido com o Presidente da Federação Portuguesa de Autocaravanismo, que reconhece que a Autarquia tem o sistema indicado, com quem vai assinar um protocolo e simplificar os procedimentos para o pagamento. -----

Relativamente aos parquímetros, disse que foi suspensa a cobrança por causa do COVID e ainda não foi retomada, tal como ainda não se retomou outras coisas, e, portanto, não sabe dizer quanto é que se recebeu com este serviço. Quando o “dossier” for retomado já poderá ser dada essa informação. -----

Quanto aos animais abandonados, disse que a senhora Deputada Carla Gouveia está um pouco confundida com algumas questões. Não há nenhum resgate desses animais por parte das pessoas que dão comida aos animais, porque se houvesse estava tudo bem. As pessoas alimentam-nos e deixam-nos continuar na rua. Se as pessoas resgatassem, a Câmara Municipal, como faz há vários anos, oferece a esterilização, a colocação do chip e a vacinação de todos os animais que são adotados no canil de Vagos. No primeiro trimestre deste ano foram adotados cinquenta e seis animais. Agora, os animais que nascem, nascem muito, mas não tem a ver com a esterilização dos animais domésticos, a não ser que as pessoas ponham fora os animais que nasçam e isso é crime e não é responsabilidade da Câmara Municipal. O que a Câmara Municipal não pode, infelizmente, a lei não permite, é esterilizar os animais e devolvê-los ao espaço público. O que terá de acontecer é haver uma alteração legislativa a permitir que os Municípios possam esterilizar e devolver ao espaço público e não serem obrigados a ficar com eles, porque a partir do momento que recolhem têm de ficar com eles. -----

Em relação aos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia estão a chegar à Câmara as atas das juntas e das Assembleias de Freguesia. O processo está a ser operacionalizado e em breve avançar-se-á. No entanto, não há razões para preocupação porque os pagamentos serão feitos desde o primeiro dia do ano de dois mil e vinte e dois. No mapa de *excel* não haverá grandes alterações. O que irá ser necessário é depois um descritivo, mas oportunamente será agendada uma reunião com os senhores Presidentes de Junta de modo a estipular uma metodologia. -----

Em relação aos refugiados, disse que tem havido algumas questões que não tem nada a ver com as nacionalidades dos mesmos. Tem a ver com atrasos no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Atrasos esses que, em bom rigor, até têm razão de ser, porque são milhares de processos. A Câmara Municipal de Vagos está a tratar de toda a documentação e a tratar todos os processos de igual modo, porque para a Autarquia são todos refugiados de guerra, pessoas que foram acolhidas em Portugal pelo Alto Comissariado para as Migrações e que depois foram encaminhados para o Município de Vagos. O Município acolhe-os e está a dar-lhes as melhores condições possíveis. Entretanto, alguns já estão a trabalhar, outros vão começar, outros estão a ter formação em português e as crianças estão a ir à escola. Ainda hoje, em Reunião de Câmara, foi aprovado um apoio especial na alimentação das crianças. Há uma coisa que é certa, os refugiados que Vagos acolher vão ter todas as condições que forem possíveis, que lhes permita ter acesso a um local de

trabalho dentro de um prazo razoável, e não será dada uma atenção diferente daquela que é dada aos Vaguenses. Tem de haver equidade. -----

No que respeita à “Casinha das Bonecas”, a única coisa a tratar é no dia em que se assinar o contrato e se fizerem os pagamentos a utilização da marca “Museu do Brincar” terá de ser negociada com a Câmara Municipal, mesmo que diga “inspirado no Museu do Brincar”. A partir desse momento, conforme aqui aprovado, a Câmara Municipal é proprietária da marca “Museu do Brincar”, e se alguém quiser utilizar essa marca terá de, no mínimo, pedir autorização. Além do espólio que vão ter de entregar, no mínimo doze mil e quinhentas peças, têm de entregar também a marca e depois disto a Câmara Municipal fará a gestão do Museu do Brincar. -----

Relativamente à estrada Rines - Sanchequias ainda não foi feita a receção provisória. Infelizmente, continua-se a aguardar que o empreiteiro faça as reparações que tem a fazer. A boa notícia é que ela ainda não está a ser utilizada oficialmente pelo Município, ou seja, as garantias vão-se estender no tempo. A má notícia é que a obra ainda não está pronta, e o empreiteiro continua com as garantias bancárias fixadas no Município de Vagos, que não as vai libertar enquanto as reparações não forem feitas. Caso a questão não se resolva o Município poderá sempre acionar as garantias bancárias para resolver os problemas existentes. -----

Quanto à ligação da A17 à Zona Industrial de Vagos a Câmara Municipal já está no terreno. Já foram identificadas as parcelas e já se reuniu com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Vagos e Santo António e Santo André de Vagos, para que possam auxiliar na prestação de serviços, que vai identificar os proprietários dos terrenos e fazer as aquisições. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. No entanto, aproveitou para deixar um esclarecimento sobre um assunto abordado no período antes da ordem do dia, ou seja, está a ser analisado o estado das ferragens do equipamento que se desmontou e, portanto, caso esteja em condições, será montado noutra local. Em relação aos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, decisões completas, até ao momento, só chegou uma à Câmara Municipal, da Junta de Freguesia de Ouca. -----

----- Miguel Tarenta – O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e referindo-se à dívida a fornecedores, que à data de vinte e um de abril de dois mil e vinte e dois, cifra-se em dois milhões, trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos. Neste sentido, pergunta quais os prazos médios de pagamento destas dívidas. Em relação ao impacto financeiro da COVID 19 estão elencadas as despesas tidas com esta pandemia e pergunta se continuam a

existir despesas que não foram efetuadas por eventuais cancelamentos de eventos. Quanto às participações sociais questionou se há alguma perspetiva de tentar ver aumentada a participação social na AdRA de maneira a que o Município de Vagos possa ter um maior peso na sua intervenção, nesta empresa, de modo a solucionar, de forma mais eficaz, problemas de saneamento no Concelho de Vagos, nomeadamente na zona sul. Quanto à informação jurídica, o senhor Deputado deu conta de três processos judiciais relacionados com o mau estado de conservação das estradas do concelho de Vagos. Os valores referidos cifram-se já na casa aproximada dos quarenta mil euros e isto já começa a deixar que pensar. Para além dos custos que tem, que a Câmara terá de suportar, há sempre necessidade de acautelar o facto de a Autarquia poder utilizar determinadas quantias porque há um litígio e esta pode vir a ser condenada, ou não. No que toca à informação do desporto, cultura e juventude sugeriu que nas atividades culturais seja referido quer o número de participantes quer também, caso seja possível, a taxa de retenção, isto é, se há uma habitualidade na frequência desses programas por parte dos alunos ou se essa é esporádica. Esta informação deverá ser também recolhida, por exemplo, quanto aos postos de carregamento de veículos elétricos e quanto à eliminação de ninhos da vespa asiática. Este tipo de informações está prestada, no que diz respeito à fiscalização sanitária. À semelhança das visitas organizadas à Biblioteca, sugere que se façam visitas ao multiplicador Eurodesk, pois torna-se importante que conheçam melhor o funcionamento da Europa enquanto cidadãos europeus, principalmente no que aos apoios comunitários diz respeito. Na informação de planeamento e obras públicas questionou se está prevista alguma intervenção nas estradas do concelho, algum planeamento a mais longo prazo. Relativamente às informações dos serviços operacionais há referências a limpezas e manutenções diversas, mas não refere quais são, e porque é que são feitas pela Câmara Municipal e não pelas Juntas de Freguesia. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e numa nota breve faz referência à assinatura do contrato das obras no Mercado Municipal, para receber, provisoriamente, o Museu do Brincar, por um valor de setenta mil euros, no sentido de alertar que a conta vai ficando cada vez maior. É referido que houve uma conferência procedimental à alteração do PDM de Vagos, e para o senhor Deputado esta é uma questão que já vem tarde. É fundamental alterar o PDM de Vagos, não para criar mais habitação especulativa, mas porque nos últimos anos tem crescido as zonas industriais nas várias Freguesias do Concelho e, em alguns casos, não têm por perto habitação suficiente disponível para a futura mão de obra das empresas que aí se instalam. Assim sendo, é fundamental equacionar essa possibilidade, porque há empresas que se instalaram recentemente nas zonas industriais que não trazem grande retorno para o Município, porque as pessoas vão morar para Concelhos vizinhos por falta de habitação no Concelho de Vagos, para já não falar do facto de essas empresas, por enquanto, ainda terem isenções fiscais o que faz com que não tragam impostos para o Concelho. -----

----- Victor Neto – O senhor Deputado Victor Neto usou da palavra e referindo-se ao PDM disse que a última revisão foi feita em dois mil e nove, tem de ser feita obrigatoriamente de dez em dez anos, mas, entretanto, houve um tempo extra que foi dado. Esta observação está relacionada com essa

revisão, se não está o que pensa a Câmara Municipal sobre o assunto para se começar a pôr em prática, para se conseguir melhores condições para a habitação e para a gestão do território. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização ao senhor Presidente da Assembleia, para ser a senhora Vereadora Sara Caladé a responder às questões relacionadas com o PDM. -----

----- Vereadora Sara Caladé – A senhora Vereadora Sara Caladé usou da palavra e referiu que relativamente à conferência procedimental, esta teve a ver com a alteração ao PDM que está a decorrer. Disse que esta alteração tem a ver com uma imposição legal advinda da nova lei da base dos solos, que alterou os critérios de classificação do solo. Está previsto que até ao final deste ano todos os PDM's de todos os Municípios tenham de se adaptar a esses novos critérios de classificação. Assim, a Câmara Municipal deu início a esse processo e no decorrer dessa conferência procedimental teve-se a informação de que há parecer favorável condicional de todas as entidades, o que é importante. O que se trata aqui é que como houve diferença nos critérios de classificação do solo e temos de ver o que é que se tem hoje e se cumprem os critérios para solo urbano, ou não, e se mantêm, ou não. Vagos daquilo que tem, e que era solo urbanizado, conseguiu manter. Tudo o que era solo a urbanizar, ou seja, que era solo que estava programado no plano a urbanizar, e que nunca foi feito nada de infraestruturas ou edificação de infraestruturas vai ser perdido. O importante é que se conseguiu manter muito desse solo. Relativamente à revisão, e a passagem dos dez anos, efetivamente é assim. Contudo, o que está aqui a acontecer não é a revisão, mas sim uma alteração, por causa da alteração da lei de base dos solos. Quanto à revisão do PDM, com esta questão da pandemia, é possível ir além dos dez anos. Ainda não foi iniciado o procedimento, porque se aguarda pela homologação da cartografia. Prevê-se que o mesmo se inicie ainda este ano. Nesta alteração, que está a decorrer agora, não é possível haver desafetações das entidades, ou seja, tudo o que é de RAN e REN não é possível desafetar. O que se está a fazer, e se conseguiu fazer, é que em termos de PDM o solo fica classificado como solo urbano. Por outro lado, também se está a iniciar um outro procedimento, que se trata da alteração da delimitação da REN e nesse, sim, há expectativas de se conseguir desafetar alguns dos solos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às restantes questões colocadas e começou por reconhecer que em relação a esta questão do PDM a informação que consta do documento é simples demais. Essa informação devia ter sido mais objetiva e mais completa. -----

Quanto às empresas que se instalam no Concelho de Vagos e que não trazem vantagens, disse que não é bem assim e lá mais á frente já se irá verificar isso mesmo. -----

Em relação à assinatura do contrato para a obra no Mercado Municipal não tem só a ver com a questão do Museu do Brincar. O Mercado Municipal precisava de obras e aproveitou-se uma coisa para associar à outra. -----

Quanto ao prazo de pagamento a fornecedores, disse que não tem presente essa informação de momento. -----

Em relação às despesas com a COVID19 e o cancelamento dos eventos isso não entrou do lado positivo, até porque a Câmara Municipal fez eventos na mesma, houve custos à mesma. Não foram como nos anos anteriores, mas continuaram a existir. Entretanto, disse, o Governo ainda não pagou os quatrocentos mil euros prometidos para fazer face às despesas com a pandemia. -----

Quanto à questão da participação social na AdRA, disse que isso não é assim tão simples. Para haver um aumento da participação social de um dos associados alguém tem de perder capital social. No que respeita à falta de investimento no Concelho de Vagos, nomeadamente na zona sul, está adjudicado o contrato de saneamento em Covão do Lobo. Está em vias de ser adjudicado para Fonte de Angeão e em parte de Ponte de Vagos. Estão a ser elaborados os projetos para Calvão, Santo André e Santo António. Está a ser aumentada a ETAR de Ouca, que depois recolherá os efluentes destas três obras. Portanto, está a ser feita muita coisa. Infelizmente, não ao ritmo que se gostaria, porque há falta de dinheiro para o fazer. -----

Relativamente aos processos judiciais, haver um processo não significa haver uma condenação. Na Câmara Municipal têm sido recusados dezenas de pedidos. Há um ou outro que acabam em tribunal, como é o caso destes três, mas, por norma, a Autarquia não tem perdido. As pessoas têm que ter cuidado, isto é, andar de acordo com as condições que têm, e muitas das vezes também andam um pouco mais depressa do que deviam. -----

Em relação aos investimentos previstos no orçamento, sobre a requalificação de estradas, e os senhores Presidente de Junta sabem todos disto, a partir do momento que é alcatroada uma estrada, passado um mês há um pedido ou um abaixo assinado para serem colocadas lombas. Esta é a dicotomia com a qual tem de se viver. O problema é que Vagos tem 164,9 km² de área do território. Para fazer, por exemplo, o investimento que se falou há pouco, da ligação da A17 à zona industrial de Vagos, que vai consumir três ou quatro milhões de euros, não há a possibilidade de investir noutros espaços. -----

Relativamente aos ninhos da vespa asiática poder-se-á quantificar melhor isso. -----

A questão das limpezas e manutenções nas Freguesias refere-se, obviamente, àquelas que não estão no enquadramento da transferência de competências para as Juntas de Freguesia. -----

----- Victor Neto – O senhor Deputado Victor Neto voltou a usar da palavra e pediu mais alguns esclarecimentos em relação à proteção civil e aos recursos humanos afetos a essa área. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente, em resposta, esclareceu que em relação à proteção civil é um investimento que se tem vindo a fazer. A Câmara Municipal tem um compromisso com os Bombeiros Voluntários de Vagos que é fazer a revisão do protocolo ainda este ano, mas ainda hoje foi aprovado em sede de reunião de Câmara uma segunda EIP – Equipa de Intervenção Permanente – e a condição com que isso foi feito foi que a primeira equipa funcionará das nove às dezassete e a segunda equipa terá de funcionar de forma complementar. Isto porque, em termos de proteção civil, há esse protocolo, que já foi referido, em que concede aos Bombeiros a possibilidade de trabalhar em conjunto com o Município e, por isso, receber aquele montante mensal que é transferido. As EIP's são um reforço a esse protocolo. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO DOIS: ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACeS BAIXO VOUGA; -----

----- Sobre este assunto se refere, a alínea b), do nº 1, do artigo 31º, do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, que determina que o Conselho da Comunidade dos Agrupamentos de Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde (ACeS) é composto, de entre outros, por “ *Um representante de cada município abrangido pelo ACES, designado pelas respetivas assembleias municipais*”, pelo que, a pedido do Senhor Diretor Executivo do ACeS Baixo Vouga, é necessário que a Assembleia Municipal indique para aquele órgão o representante do Município de Vagos. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal - O senhor Presidente da Assembleia informou que foi entregue à Mesa uma proposta, pelo grupo municipal do PSD, onde é indicada como representante a senhora Andreia Pereira Santos Marques -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e informou os presentes de que o grupo municipal do PSD teve o cuidado de durante o dia contactar os restantes grupos municipais no sentido de perceber se estariam na disponibilidade de eleger a senhora Andreia Marques por unanimidade. Atendendo a que mais nenhum grupo municipal apresentou outro nome aguardar-se-á pela votação e espera-se ter conseguido a unanimidade em torno de um nome que parece consensual e a melhor pessoa para representar esta Assembleia municipal no ACeS Baixo Vouga. -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta do grupo municipal do PSD, denominada por Lista A, por escrutínio secreto. -----

----- Deliberação – A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte (20) votos a favor, e nove (9) votos em branco, indicar a senhora Deputada Andreia Pereira Santos Marques para integrar o Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga, em representação do Município de Vagos. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO TRÊS: ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO 2021; -----

----- Sobre este assunto se refere a decisão da Câmara Municipal, de 17/03/2022, que, para efeitos de cumprimento do disposto no nº 2, do artigo 10º, da Lei nº 24/98, de 26 de maio, e alínea u), do nº 1, do artigo 35º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou remeter à Assembleia Municipal o Relatório de Observância do Direito de Oposição (Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021). -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e deu nota de que no ano passado, através do Partido Socialista, foi detetado que a Câmara Municipal não fazia este trabalho, que devia ser feito, de enviar o Relatório de Observância do Direito da Oposição para a Assembleia Municipal, dando cumprimento à lei. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente Assembleia esclareceu que este ponto decorre da lei. No ano passado veio por pedido do Partido Socialista e apesar deste ano isso

não ter acontecido o assunto veio novamente à Assembleia, embora a lei diga claramente que quando pedido pode ser discutido na Assembleia, mas mesmo assim veio a esta sessão. -----

----- Carla Gouveia – A senhora Deputada Carla Gouveia usou da palavra e referiu que este é um documento importante, e ainda bem que veio a discussão. Está previsto na lei desde mil novecentos e oitenta e oito. No ano passado foi aqui dito que já se faz esse direito à oposição. Para quê apresentar um documento escrito? Porque está na lei e é importante que esteja escrito, pois hoje estão umas pessoas e amanhã estarão outras. E também se for essa a ideia de que se fazem as coisas e não se escreve como se fazem as coisas não seria, por exemplo, necessário a Assembleia Municipal ter um Regimento. Todos os membros sabem como é que isto funciona, mas é necessário um Regimento onde as coisas estejam escritas, estejam definidas. É de louvar que isto esteja escrito, esteja implementado e esteja a ser respeitado. Obviamente que há sempre um ou outro ponto que acaba por se discutir, sempre pelo bem da causa. É cumprido? É, as vezes “à rasquinha”, mas é, principalmente nos *timings*. -----

----- Hugo Jorge – O senhor deputado Hugo Jorge usou da palavra e começou por dizer que se pode sempre questionar o que é oposição. As boas lideranças são aquelas que têm a coragem de se rodear daqueles que também lhes fazem críticas e os confrontam, porque todos melhoram quando confrontados com os bons e com as dificuldades. O PSD também sabe ser oposição. Obviamente, há coisas que são feitas nas suas reuniões de preparação e há muitas críticas que são feitas. O senhor Deputado reconhece que as bancadas tradicionalmente chamadas de oposição, PS, CDS e CHEGA, têm de facto uma situação mais difícil. Não têm uma tarefa nada fácil. O senhor Deputado, disse, é defensor de um maior equilíbrio. Seria positivo para todos, mas as coisas são o que são, são o resultado dos votos, do trabalho do PSD. Seria talvez benéfico haver um maior equilíbrio em termos de números, mas considera que deviam estar todos satisfeitos com este relatório e com aquilo que ele contem e que são as práticas, porque isto é um elogio para todos os que aqui estão. A política em Vagos dignificou-se muito nos últimos anos. Não há perseguições, não há maus entendimentos. As pessoas dão-se bem, têm direito à sua liberdade, à liberdade de expressão. Obviamente nem todos concordam, mas no geral as coisas são respeitadas. O mais importante é que as coisas se cumpram e que exista esse estatuto à oposição, que haja essa liberdade e que ninguém seja coagido por aquilo que diz. É bom que esteja escrito, mas o essencial é que as coisas se cumpram e ainda bem que o senhor Presidente da Assembleia Municipal tenha incluído este assunto na ordem de trabalhos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que é um profundo defensor da alteração do sistema político ao nível Autárquico e reconhece que o papel das oposições é muito difícil. O Executivo da Câmara Municipal de Vagos é composto pelo Presidente da Câmara e pelos Vereadores, cinco do PSD e um do CDS. A senhora Maria do Céu Marques, Vereadora do CDS, de quinze em quinze dias tem de se deslocar à Câmara Municipal para analisar uma série de documentos, referentes às mais diversas áreas, umas matérias que ela domina e outras que nem por isso. Esta situação coloca um Vereador da oposição numa situação delicada e difícil, porque também é um Vereador do Executivo. Disse que é defensor da aplicação nas

Câmaras Municipais do sistema que se usa nas Juntas de Freguesia, porque assim conseguir-se-ia ter uma prática muito diferente. Disse respeitar muito as oposições e que o PSD sabe o que é estar na oposição e numas circunstâncias bem difíceis. Independentemente das discussões que existirem deverá haver sempre respeito e os membros da Assembleia Municipal e todos os Vereadores de Executivo deverão ter sempre acesso a todos os documentos e participarem deliberadamente em todos os atos que a Câmara Municipal praticar. Isso é absolutamente essencial. Se está escrito, ou é preciso estar escrito, ou não, é irrelevante, o importante é o bom senso. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO QUATRO: PLANO DE PORMENOR DO PARQUE EMPRESARIAL DE SOZA (PPES) – PARCELA A – 3ª ALTERAÇÃO – PROPOSTA; -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 17/03/2022, que, em cumprimento do disposto no nº 1, do artigo 90º, do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, remete para a Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de 3ª alteração do Plano de Pormenor do Parque Empresarial de Soza (PPES) – Parcela A. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra para dizer que em boa hora é apresentada aqui a alteração da Parcela A, criando cerca de mais treze lotes, lotes com possibilidade de serem comerciais e não industriais. Ao longo dos vinte anos do PSD, foram opções na criação destes espaços na zona industrial de Vagos e o Parque Empresarial de Vagos, o forte investimento que se tem feito ao longo destes anos, e num espaço de tempo pequeno a quantidade de vezes que se veio aqui aprovar alterações e ampliações indo sempre ao encontro da procura das empresas. As empresas procuram cada vez mais lotes e espaços para se instalarem em Vagos. O desenvolvimento industrial é o que traz riqueza a um Município e o PSD ao longo destes vinte anos tem feito um grande investimento nessa área. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que não há muito a acrescentar, e que concorda em absoluto com o senhor Deputado Juan Carlos Martins. Entretanto, fez uma retificação, dizendo que não são treze lotes que são criados. A alteração vai do lote cinco até ao lote treze, pelo que são mais oito. A estratégia que o Executivo tem implementado no terreno é a questão do planeamento, porque sem planeamento não era possível fazer tudo isto, e essa estratégia tem dado frutos. A Câmara Municipal adquiriu milhares de parcelas de terrenos para construir lotes. E aqui há muito a agradecer às pessoas que venderam e se mostraram disponíveis para colaborar. Neste momento, a questão principal é ter terrenos, porque tendo terrenos tem-se empresas. No Parque Empresarial de Soza a Parcela B está toda vendida e está-se já a tratar, no âmbito deste processo de alteração do PDM que está a decorrer, como já aqui foi dito, de desafetar mais duas áreas deste espaço, porque continua a haver procura. A alteração a um plano não é fácil, porque demora no mínimo nove meses a um ano, prazos não condizentes com

as empresas, pelo que há que pôr mãos à obra, preparar tudo e esse trabalho de preparação não é deste executivo, não é do executivo anterior, não é do outro. É, sim, de um conjunto de executivos que teve uma estratégia. -----

----- Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a 3ª alteração do Plano de Pormenor do Parque Empresarial de Soza (PPES) – Parcela A. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO CINCO: PRESTAÇÃO DE CONTAS.** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 20/04/2022, que, em cumprimento do disposto na alínea I), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou remeter à Assembleia Municipal, para apreciação e votação, os documentos de Prestação de Contas, respeitantes ao ano de 2021. -----

----- A senhora Deputada Maria Helena Marques ausentou-se da sessão. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente informou os senhores membros da Assembleia que foi agendada, com o senhor Presidente da Câmara e os líderes dos grupos municipais, uma reunião para prestar todos os esclarecimentos mais técnicos e deixar para discutir aqui a vertente mais política do documento. O senhor Presidente informou que, no seguimento desta reunião, detetou-se um erro num dos quadros, numa das páginas do documento e, por isso, o mesmo foi novamente remetido a todos os membros já com a correção feita. Entretanto, junto com este documento seguiu um parecer, pedido pelo senhor Presidente da Câmara, relativo ao cumprimento da lei da proteção de dados, relativamente à informação constante do documento, uma vez que no ano passado essa questão foi aqui levantada pelo grupo municipal do PS aquando da discussão deste assunto. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- Sidónio Sansana – o senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referindo-se ao resultado líquido do exercício verificou que este era de dois milhões e meio de euros, negativos. Os resultados antes de amortizações à volta de três milhões de euros. As amortizações à volta de cinco milhões e meio de euros. De facto, parte disto decorre de uma bizzaria do sistema contabilístico que não permite flexibilidade na contabilidade das amortizações e, por isso, tem-se cinco milhões e meio de euros de amortizações numa Câmara Municipal que num ano faz em despesas de capital pouco mais do que isto, 6,2 milhões de investimentos em despesa de capital. Para se poder compensar estas amortizações com resultados antes de amortizações ter-se-ia de elevar dos três milhões de euros para seis milhões de euros. Entretanto, há um acréscimo de Derrama na ordem dos quarenta mil euros num ano e assim não se chega lá. São vários anos seguidos de resultados líquidos negativos. Ao fim deste período todos os resultados transitados já vão em trinta e sete milhões de euros negativos. O património líquido já desceu de noventa e dois milhões iniciais para sessenta e cinco milhões, mas não acredita que este chegue a zero. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e começou por referir que património líquido é diferente de ativo. O património está nos noventa e dois milhões e como não se está em POCAL subiu um milhão e duzentos mil. Na reunião de ontem, onde estiveram presentes o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara e o senhor Nuno André, chefe da divisão financeira da Câmara Municipal, assim como representantes dos diferentes grupos municipais, foram colocadas algumas questões. O senhor Deputado já o disse aqui uma vez, e volta a repetir, que é necessário investir mais em contabilidade de gestão. Ontem o senhor Presidente da Câmara admitiu que na Câmara Municipal há apenas uma pessoa dedicada à contabilidade de gestão na Autarquia. É preciso investir, é preciso contratar novos recursos, porque os recursos da contabilidade de gestão são recursos que por si só, pela natureza das suas funções, tem que se compensar. Existem várias situações deficitárias nos relatórios que hoje aqui são apresentados. Por exemplo, na página oitenta do relatório cerca de um milhão cento e sessenta e quatro mil euros em outras despesas não especificadas, na área da aquisição de bens e prestação de serviços, que não se sabe a que é que dizem respeito. Dentro dos relatórios da contabilidade de gestão a discriminação destas rubricas é insuficiente. Mais uma vez refere, e metendo políticas de parte, a função de cada membro desta Assembleia Municipal é escrutinar, e para isso é necessário que a informação seja mais clara, porque aquisição de bens e prestação de serviços pode ser referente a muita coisa. A classificação e reclassificação dos custos têm por base a sua natureza de gasto, e essa natureza pode ser vítima de adulteração. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que quando faz a análise de contas começa sempre pelo fim e o primeiro aspeto para o qual olha é para o parecer do ROC - revisor oficial de contas. Ao contrário do que aqui foi dito há pouco, o parecer do revisor oficial de contas não põe em causa coisa nenhuma. Por isso é que existe este parecer independente para fazer a avaliação e a veracidade do que está escrito e do que está refletido na contabilidade. Disse que concorda com o que disse o senhor Alexandre Marques, porque há um ênfase no parecer do ROC uma chamada de atenção, que não altera a opinião de quem está a fazer a análise das contas, que fala no sistema de contabilidade de gestão. O que diz é que a contabilidade de gestão formalmente está implantada, mas que a sua operacionalidade não está clara. O que isto quer dizer e que a contabilidade de gestão não está a funcionar a 100%. Disse também que é das pessoas que considera que a contabilidade de gestão é uma ferramenta importantíssima, que serve para a tomada de decisão, para avaliação e para muitas outras análises que poderão levar à tomada de decisão diferente daquilo que possa ser tomado. É claro que quando o ROC diz que a operacionalidade não é clara, que tem falhas, não altera a opinião e a veracidade das contas. É importante saber qual é o diferencial, por exemplo na transferência de competências da educação, que tem em relação às receitas e aos custos que tem com a transferência de competências. Há um balancete nas contas da contabilidade analítica, um pouco geral, e tem lá o que é que é da educação, custos da saúde, ou seja, tem os custos discriminados. Contudo, a contabilidade de gestão é um pouco mais do que isto, e é o reparo que o ROC faz, nada de grave, mas que, pessoalmente, considera importante a implementação e também das dificuldades que tem com o pessoal na Câmara Municipal, neste setor

específico. Em relação à discriminação das contas salientou o volume de investimentos que existe e a redução da dívida, e isto em ano de eleições. Em relação às amortizações o senhor Deputado também se debate constantemente com esta questão, e, por isso, bem-vindos ao SNC-AP, a nova metodologia de contabilidade que está a ser aplicada, porque permite que qualquer pessoa possa analisar as contas de uma Câmara Municipal como analisa as de uma empresa. Portanto, há a especialização do exercício, os custos são postos num ano, independentemente se estão pagos ou não, o que não era possível no POCAL, e as despesas e as receitas estão todas contabilizadas, e isto é que é o SNC-AP. Relativamente às amortizações, a taxa real de amortização da Câmara Municipal, com os ativos que são especificados, é dois ou três por cento superior, um milhão e meio de amortizações. É superior à maior parte das Câmaras Municipais aqui à volta. E, no que respeita às dívidas do Estado Português, os quatrocentos e quarenta mil euros das despesas com a COVID19, que tardam em chegar, e o FAM, cerca de quinhentos mil euros. Se estas dívidas fossem pagas seria cerca de um milhão de euros que entrariam nas contas da Câmara Municipal de Vagos. Em relação ao investimento, um dos medidores que existem para verificar o investimento é, precisamente, as taxas cobradas. Ao olhar-se para a Derrama, que ainda é pequena, mas a semente está lançada, e este investimento começa a dar frutos, as isenções para fixar as empresas em Vagos começam a ter resultados visíveis e positivos. Portanto, está-se a falar de um aumento da Derrama, que é um indicador de crescimento, de 12,4%, em relação a dois mil e vinte. Outro indicador é o IMT, Imposto Municipal sobre Transações, há um aumento de cerca de 59%. Para terminar, uma curiosidade, isto é, verificou-se uma diminuição do IUC de 7,6%, e ninguém sabe explicar porquê, mas isto quererá dizer ou que o parque automóvel diminuiu ou que passaram a ser sócios do Automóvel Clube de Portugal e foram isentos, porque são carros muito velhos, ou que existem mais carros elétricos que não pagam IUC. O senhor Deputado acredita mais nesta última, porque tem verificado na estrada a quantidade de carros elétricos que começam a andar no Concelho de Vagos.

----- Óscar Lopes Francisco – O senhor Deputado Óscar Lopes usou da palavra e referiu que a prestação de contas é o momento mais importante da vida Autárquica, em que é feito um escrutínio, uma análise, ao trabalho do Executivo Municipal. Em relação aos números aqui apresentados estes são, de facto, positivos e o senhor Deputado acredita que tenham sido resultado de um ano parado, devido à COVID19, em que não houve muitas obras. Os valores que receberam foram os mesmos e isso permitiu fazer um “floreado” a todos estes números apresentados, mas considera que são murchos. Na terça feira o senhor Deputado esteve presente na reunião da CIRA e o Engº Ribau Esteves, Presidente da Comissão Executiva da CIRA, referiu, a título de exemplo, de que caso estivesse a gerir os dinheiros do Governo faria um trabalho melhor. Em Vagos, fazendo uma análise ao Concelho, pessoas diferentes que estivessem na Câmara Municipal fariam um trabalho diferente e melhor. A dívida é possível gerir e diminuiu, mas enquanto não chegar a um valor de um dígito continua a ser alta. O senhor Deputado tem a certeza que a análise que se está aqui a fazer daqui a um ano não vai acontecer, porque há um conjunto de fatores que não se vão repetir, e que a dívida vai aumentar e já não vai ser possível dar um “floreado” tão positivo às contas. Se for feita uma comparação com as Autarquias aqui à volta, e esse trabalho foi feito pelo grupo municipal do CDS,

Ílhavo, Aveiro, Oliveira do Bairro, Mira e Cantanhede, verifica-se, em relação à prestação de contas, que Vagos está a ter um custo político muito pesado. No último mandato, onde o senhor Deputado esteve na oposição como Vereador, fez referência várias vezes contra algumas situações da gestão do uso dos gastos políticos inerentes ao exercício das funções no Município de Vagos, e continuam a ser muito elevadas. A Câmara Municipal de Vagos tem um custo político de duzentos e oitenta mil euros, enquanto que a Câmara Municipal de Ílhavo tem um custo de cerca de cento e vinte, cento e trinta, mil euros. De grosso modo está-se a falar de um valor que podia ser capitalizado para outras coisas e podia fazer descer, como é óbvio, a dívida para valores mais baixos. É óbvio que isto é uma opção política e se, de alguma forma, se quiser apresentar contas corretas também deviam ser incluídas esse custo político que aqui é feito neste Município. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge ausentou-se da sessão. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que a análise dos números não é o seu forte. Entretanto, esteve a procurar na prestação de contas onde estaria o custo político, mas não conseguiu perceber o que é que é o custo político. No entanto, há uma coisa que tem a certeza, porque isso já não deriva dos números, deriva da legislação, se o Município de Aveiro em termos de custo político, e se for entendido como custo com os políticos, tiver um valor inferior ao do Município de Vagos uma de duas coisas está a acontecer: ou os políticos não estão a receber o valor que está definido na lei; ou há um erro na contabilidade deles, porque se têm mais vereadores e se o valor que cada um recebe está previsto na lei alguma coisa aí tem de estar mal, mas certamente não é com o Município de Vagos e sim com o de Aveiro. No entender do senhor Deputado as pessoas devem preocupar-se mais em analisar a política do Concelho de Vagos do que andar preocupado em analisar a política dos Concelhos de fora. Não seria pior que se comesse a fazer uma introspeção e uma avaliação. Nos últimos vinte anos parece que este tipo de oposição não tem resultado e, portanto, o senhor Deputado não sabe se será o PSD que terá de alterar o modo como gere o Município ou se será a oposição que terá de mudar o modo como faz oposição. Efetivamente, da análise que se possa fazer, mesmo que seja superficial, esta será certamente a prestação de contas com melhores resultados financeiros nos últimos quinze anos. Fizeram-se obras, fizeram-se aquelas obras que a oposição gosta de apelidar de eleitorais, e mesmo assim conseguiu-se diminuir a dívida, isto é, antes disso o PSD ganhou as eleições e conseguiu diminuir a dívida. Há aqui alguns pontos que são importantes e que são chave para que as pessoas percebam, ou seja, no Município de Vagos com a transferência de competências aumentou aquilo que são as competências da Câmara Municipal. Em termos de recursos humanos no ano de dois mil e vinte e um, o senhor Presidente da Câmara teve a oportunidade de dizer, a Câmara Municipal ficou com menos quatro funcionários e, portanto, ao contrário daquilo que a oposição aqui veio dizer até o ROC, que é independente, conclui e diz *“Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Vagos.”* O senhor Deputado compreende bem, e também lhe faz alguma confusão algumas das rubricas que não estão devidamente especificadas, mas houve a oportunidade na reunião de serem esclarecidos quanto a isso e parece que são os próprios programas contabilísticos,

uma vez que há a obrigação de alocar um valor a uma certa despesa, que não tem essas rubricas e que automaticamente são incluídas nessas outras não especificadas. No que respeita à contratação, e que tanto aflige a oposição, que é feita pela Câmara Municipal, está disponível no Portal base.gov.pt e também pode ser consultada nesta prestação de contas, a partir da página cento e trinta e seis, na contratação administrativa onde vem lá todos os contratos que foram estabelecidos. De qualquer forma, como referiu o senhor Presidente há pouco, se houver alguma dúvida poderão sempre solicitar a documentação à Câmara Municipal. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões levantadas pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em relação à questão das amortizações, ao prazo e ao facto de se caminhar até ao dia em que o Município já não terá património, não é assim. No caso concreto, este ano fez-se mais de seis milhões de euros de investimento, com a diminuição dos 5,5 milhões, ficando, ainda, com saldo positivo. É evidente, há aqui uma questão de fundo que merece ser olhada, e essa é uma preocupação que a Câmara Municipal tem. Do ponto de vista contabilístico não custa nada admitir e dizer que gostava de vir aqui com um número de 2,5 milhões de euros positivos, mas já se percebeu porque é que não é possível. Apesar da boa gestão, e este é um exercício que genericamente todos concordam que é positivo, nunca se conseguirão resultados líquidos positivos. Claro que existem outros indicadores de gestão bastante positivos. Em relação às dificuldades, até com chamada de atenção do ROC sobre o sistema de gestão, não é só uma questão de recursos humanos. É também uma dificuldade técnica, porque esta passagem para o SNC-AP está dependente da forma como a Medidata trabalha - a *software house* com que a Câmara Municipal tem contrato – em virtude de ainda estarem a ser desenvolvidos mecanismos de aperfeiçoamento da melhoria do sistema de contabilidade de gestão. A Autarquia pode não ter o sistema mais aperfeiçoado e só um recurso humano a trabalhar nisto, mas está a fazer um grande esforço para normalizar a situação e pôr o sistema a funcionar ainda melhor e também está previsto contratar mais recursos humanos. De qualquer forma já foi possível ver, por exemplo, quando foi feita a transferência de competências para a Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora, uma contabilidade de custos onde estava referenciado quais são os custos que se tem na praia da Vagueira. Essa situação foi aqui demonstrada e ficou aqui comprovada que a transferência de competências para as Juntas de Freguesia é um bom negócio para a Câmara Municipal, tudo porque a contabilidade de gestão está a funcionar. Não está ainda a funcionar como se gostaria, mas ir-se-á fazer esse percurso de melhorar a quantidade de recursos humanos e de melhorar a relação com a *software house*. Relativamente aos custos da área da educação, é possível perceber essa análise, ou seja, só em termos de custos, com a educação, nesse sistema de contabilidade de gestão, a Câmara Municipal tem uma despesa de cerca de 3,9 milhões de euros. -----

No que respeita à intervenção do senhor Deputado Óscar Lopes, dizer que o ano de dois mil e vinte e um foi um ano mais parado e com menos obras não corresponde à verdade. Este foi um ano record em termos de receitas e não foi por estar parado. Tal como a dívida, que diminuiu. Tudo isto tem a ver com a concretização de uma estratégia já aqui explicada por diversas vezes. E é óbvio que se o

Executivo Municipal fosse composto por outras pessoas as opções seriam diferentes, sem dúvidas nenhuma. -----

Em relação à questão da dívida só ser gerível com um dígito, é uma opinião, mas quando chegou à Câmara Municipal, enquanto gestor financeiro do Município, havia vinte milhões de euros de dívida. Hoje é de doze milhões. Há um relatório da IGF, de dois mil e dez, que inclui na dívida financeira o processo Ria Vagos, que teve de ser integrado nas contas. Não havia outra opção. Na altura o Município tinha cerca de dezasseis milhões de dívida e passou a ter vinte milhões. Se a dívida vai aumentar? Pois vai, com certeza. Há investimento a decorrer e tem de se recorrer à banca e aproveitar os fundos comunitários, e a Câmara Municipal tem uma boa gestão de fundos comunitários. Caso contrário, não há forma de fazer os investimentos. Por vezes são feitos alguns investimentos com recursos próprios. As estradas não estão todas alcatroadas? Pois não, mas são opções. -----

No que respeita ao custo, se este custo a que se refere tem a ver com o número de Vereadores que a Câmara Municipal de Vagos tem nomeados para estar a tempo inteiro, está tudo de acordo com a lei e é uma opção política que já foi escrutinada, porque no mandato anterior estava exatamente igual, como está hoje. A única que poderá ter razão de queixa poderá ser a senhora Vereadora Dulcília que trabalha a tempo inteiro e ganha a meio tempo. De resto, sobre todos os outros Vereadores, não há nenhum elemento de nomeação política que não faça o trabalho que lhe compete. Em relação a esse assunto disse estar bastante tranquilo com a opção que fez. -----

Em relação à contratação de prestação de serviços e aquisição de bens e serviços está tudo publicado e foi feito tudo dentro da lei. A informação é colocada toda de forma transparente, quer as contratações quer os apoios sociais e tanto uns como outros têm uma opção muito simples, ou seja, se não quiserem que os dados estejam na prestação de contas não pedem apoio à Câmara e não vendem nada à Câmara Municipal. Enquanto a lei obrigar esses dados irão sempre fazer parte deste documento. -----

----- Miguel Tarenta – O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e referiu que mesmo que a senhora Vereadora Dulcília ganhasse a tempo inteiro não iria afetar estas contas fantásticas aqui apresentadas, que se devem, também, ao aumento de receita nos impostos e às transferências que vieram do Estado, que ascenderam ao valor de doze milhões setecentos e setenta e sete mil e seiscentos e vinte e seis euros. O Estado poderá não pagar tudo, mas já paga uma boa quantia. Os valores que foram aqui referidos pelo senhor Presidente da Câmara teriam dado margem para que no ano passado fosse seguido a sugestão do Partido Socialista nesta fase de pandemia, ou seja, que tivesse atribuído alguns apoios ao nível do pagamento de rendas, água, e eletricidade, à semelhança de muitos outros Municípios. Ainda assim, quanto a estes resultados ditos fantásticos, o senhor Deputado considerou interessante uma referência que consta da página nove deste documento, no que às despesas de capital diz respeito, ou seja, que estas duplicaram devido ao quase total de pagamento dos valores protocolados com as Juntas de Freguesia. Se foi paga quase a totalidade é porque certamente havia aqui margem para pagar os valores todos e assim as Juntas de Freguesia evitavam, a maior parte das vezes, de estarem sufocadas à espera de dinheiros que

esperavam receber e afinal de contas não recebem. Entretanto, o documento também faz menção a acidentes de trabalho. Já no ano passado havia sido feito este alerta, porque em dois mil e dezanove foram seis a sete acidentes de trabalho, em dois mil e vinte subiu para dezanove e em dois mil e vinte e um desceu para dezasseis. Ainda assim, até porque houve uma drástica redução no número de dias de faltas, estes dezasseis acidentes de trabalho motivaram cento e sessenta dias de baixa, ausência ao trabalho, dá cerca de um terço de ausência ao trabalho, o que faz concluir que não são acidentes de trabalho de pouca gravidade. Não seria mau rever as políticas de higiene e segurança no trabalho, porque haverá aqui, certamente, espaço para melhorar. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e esclareceu que não colocou em causa nem a veracidade nem a legalidade desta informação prestada. Aquilo que colocou em causa foi a estrutura e a organização da informação prestada. O senhor Deputado entende que haja dificuldades, tanto a nível dos recursos humanos como a nível do próprio sistema. Há subsídios atribuídos não especificados que não vem discriminados a quem é que foram concedidos. Em relação aos contratos, foi dito que a partir da página cento e trinta e seis pode ver-se a quem se compra e a quem se adquire, mas o senhor Deputado fica na mesma, ou seja, isto dá os valores gerais, as datas e uma pequena discriminação daquilo que é o objeto adquirido, mas ao certo a discriminação que queria ver não aparece. Não está com isto a pedir todas as faturas daquilo que foi adquirido durante o ano, só está a dizer, e volta a reiterar, que a informação pode ser organizada de outra forma, e a contratação de mais recursos humanos na área da contabilidade de gestão pode contribuir para esse melhoramento. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que em relação à intervenção do senhor Deputado Alexandre Marques não tem muito mais a acrescentar ao que já tinha dito anteriormente. Neste mapa, que apresenta a situação dos contratos, está clarificado todos os pagamentos que são do ano e tem a menção muito específica e muito clara, quer sobre a entidade contratada quer o objeto do contrato. Mais transparência do que isto não é possível. -----

Em relação à intervenção do senhor Deputado Miguel Tarenta, e no que diz respeito aos acidentes de trabalho, a Câmara Municipal tem a higiene e segurança no trabalho, mas é evidente que quando se aumenta o número de funcionários aumenta a probabilidade de haver mais acidentes de trabalho. Os números têm um pouco a ver com isso. -----

Quanto às Juntas de Freguesia, e os valores que se transferiram, ou não transferiram, esta questão já foi aqui muito discutida. Os valores transferidos para as Juntas de Freguesia são sempre aqueles que lhe eram devidos, na altura que era devida. Se houve Juntas de Freguesia que não trataram das coisas a tempo, ou que não enviaram a informação mais cedo, a Câmara Municipal pagou mais tarde, mas só no ano de dois mil e vinte é que a Autarquia atrasou os pagamentos. Entretanto, a situação foi normalizada e, neste momento, está tudo liquidado no início deste ano. -----

Em relação aos apoios às rendas, água e luz, uma proposta do PS, o senhor Presidente respondeu em tempo oportuno a essa questão. A Câmara Municipal tem um conjunto de pessoas que estão nas habitações sociais e o valor da renda social que essas pessoas pagam está indexada aos valores

que recebem. Quando apareceu a COVID nem todos ficaram parados em casa e os que continuaram a ter os mesmos rendimentos porque é que haviam de ter apoios extras nas rendas, água e luz? Não faria qualquer sentido. Aliás, justifica-se mais agora, neste contexto de guerra do que no contexto da COVID19, porque houve famílias que não perderam rendimentos. Todos os apoios sociais que foram precisos a Câmara Municipal apoiou. Adiantou-se ao Governo, confiou na palavra do Governo. Contudo, até hoje ainda não recebeu nada. O Governo, seja ele de que partido for, não dá nada mais às Autarquias do que aquilo que tem obrigação e que está contratualizado na Lei das Finanças Locais há muitos anos. Os sucessivos Governos têm incumprido com a Lei das Finanças Locais e os Municípios são prejudicados sucessivamente, ano após ano, porque não recebem os valores da transferência do Estado que deviam receber. O que todos os Autarcas devem fazer é exigir que o Governo cumpra a Lei das Finanças Locais com os Municípios. No âmbito da alteração da Lei da Finanças Locais deve ser revista a forma de cálculo, porque não é justo para o Município de Vagos, que tem 164,9 km² de área, e a mesma população, e ter sensivelmente o mesmo orçamento que um Município que tem 8 km². Esta situação tem que ser revista. Os Municípios que têm mais bio capacidade, que contribuem positivamente para ser o pulmão dos outros, devem ter mais benefícios. -----

----- Hugo Jorge – O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e em relação ao registo daquelas despesas não especificadas referiu que de facto a contabilidade analítica faz falta. No entanto, encontra uma explicação para essa indefinição, ou esses gastos, que tem a ver com os setores ou com a forma como foram imputados. Essa contabilidade está organizada por áreas e não pelos bens em si, e há muitos bens que com certeza a Câmara Municipal adquire e depois imputa aos diferentes setores. Há uma indefinição de determinados bens adquiridos que pela forma como a contabilidade analítica está feita, por áreas, não se consegue especificar claramente a que área se destina. Obviamente, que tudo isto tem de ser melhorado. -----

----- Carla Gouveia – A senhora Deputada Carla Gouveia usou da palavra e referiu que é difícil fazer a análise, principalmente as últimas vinte e cinco páginas da prestação de contas, porque só essas páginas dizem respeito a subsídios, e antes dessas tem outras que também não se consegue especificar, como referiu o senhor Deputado Alexandre Marques. Relativamente à parte destas vinte e cinco páginas, além de terem uma letra bastante pequena, a senhora Deputada tem a certeza que houve um regulamento aprovado há umas sessões atrás no que respeita a esta matéria. Tendo em conta que ainda são muitas atribuições de subsídios de vez em quando, numa sessão ou outra, esta regulamentação e esta forma de aplicação dos subsídios e qual o seu impacto, podia ser discutida. Não quer com isto dizer que é contra a atribuição de subsídios, porque se eles são pedidos é porque são necessários, e a Câmara Municipal tem de apoiar, da mesma forma que o Estado Central é obrigado a transferir o dinheiro para os Municípios. Para terminar, referiu que se pode falar de carga fiscal, mas deve-se falar de carga fiscal aqui no Município, porque geralmente só se fala de carga fiscal, e de aumento de carga fiscal, quando se trata do Governo Socialista. A carga fiscal em Vagos aumentou 9%. Não é uma coisa negativa, porque verificou-se que há mais receita, pois é daí que

vem a receita, e de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um, só de impostos diretos, foram mais quinhentos mil euros. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura voltou a usar da palavra e referiu que não é muito bom em contabilidade, mas há coisas que são fáceis de perceber. Uma das coisas que é fácil de perceber é que se na cobrança de impostos de Vagos a taxa é a mesma, o valor aumenta, há uma maior carga fiscal ou há um maior número de pagadores? Não é igual, porque uma coisa é o Município aumentar a taxa que está a cobrar os impostos, e cada um passa a pagar mais do que aquilo que pagava, outra coisa é em vez de serem só dois ou três a pagarem serem quatro ou cinco, onde o valor sobe e a taxa é a mesma. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que de facto é verdade, há muitas coisas que têm a ver com a própria classificação económica da despesa. No orçamento há muitas vezes aquela rubrica “os outros”, precisamente porque quando não cabe em mais lado nenhum tem de ir para “os outros”. -----

Em relação à questão da carga fiscal, ou da receita fiscal, é, por exemplo, o Governo Socialista colocar em cima das taxas que já cobrava do imposto petrolífero uma taxa adicional e agora que a receita fiscal aumentou se diminuírem a taxa vão manter o nível de receita fiscal. A carga fiscal tem a ver com isto, ou seja, é colocar o imposto sobre produtos petrolíferos de forma adicional em cima dos impostos. Em Vagos o que existe é mais receita fiscal e isso é uma boa notícia, pois significa que há mais gente a pagar, porque há mais habitações e mais pessoas a viver neste Concelho, o CENSOS confirmou isso. -----

----- Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com nove (9) votos contra, dos grupos municipais do CDS, PS e CHEGA, aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2021. O Grupo Municipal do CDS/PP apresentou declaração de voto, que foi lida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. *“Vimos, por este meio, apresentar a nossa declaração de voto relativamente ao ponto cinco da ordem de trabalhos hoje apresentada. Depois de feita uma avaliação com os encargos nas rubricas dos gastos políticos e com a gestão do Município de Vagos verificamos que o nosso Concelho é o que mais gasta em comparação com as contas apresentadas pelos Municípios vizinhos e em arredores, como Oliveira do Bairro, Aveiro, Ílhavo e até Mira, pertencente ao Distrito vizinho. Por conseguinte, o nosso sentido de voto, só pode ser contra dado que as escolhas e opções políticas feitas espelham, precisamente, o contrário daquilo que nós defendemos. O grupo municipal do CDS-PP.”* -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- O Presidente, _____

-----O(A) Secretário(a), _____